



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
Gabinete da Deputada Cibele Moura

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 3014/2025  
Data: 11/12/2025 - Horário: 15:29  
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_/2025

*Institui o Programa Estadual de  
Prontuário Único Intersetorial da  
Pessoa com Transtorno do Espectro  
Autista (TEA), no âmbito do Estado de  
Alagoas, e dá outras providências.*

**Art. 1º** Fica instituído, no âmbito do Estado de Alagoas, o Programa Estadual de Prontuário Único Intersetorial da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destinado à integração segura, contínua, padronizada e intersetorial das informações relativas ao atendimento, acompanhamento e inclusão da pessoa com TEA.

**Art. 2º** O Prontuário Único Intersetorial da Pessoa com TEA terá caráter digital, integrado e sigiloso, e deverá conter, no mínimo:

- I – Histórico clínico, terapêutico e multiprofissional;
- II – Informações sobre escolarização, acessibilidade, adaptações pedagógicas e atendimentos educacionais especializados, quando aplicável;
- III – Registros de atendimentos, benefícios, programas e serviços recebidos nas áreas da assistência social, saúde, educação, trabalho e demais políticas públicas;
- IV – Laudos diagnósticos, pareceres técnicos, avaliações periódicas, relatórios evolutivos e demais documentos pertinentes ao acompanhamento integral;
- V – Informações sobre capacitações, programas de empregabilidade, inclusão laboral, apoio à vida adulta e demais ações correlatas, quando houver;
- VI – Informações sobre o Plano Individual de Atendimento (PIA), quando existente, visando ao acompanhamento integral e intersetorial.

**Art. 3º** O acesso ao prontuário será restrito aos profissionais vinculados ao atendimento da pessoa com TEA, aos responsáveis legais e ao próprio titular, conforme o caso, observadas as normas da Lei Federal nº 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

§1º O sistema deverá adotar protocolos de autenticação segura e mecanismos de registro de acessos.

§2º É vedada a utilização das informações para finalidade diversa da prestação de serviços públicos ou da formulação de políticas públicas.

**Art. 4º** Constituem diretrizes do Programa Estadual de Prontuário Único Intersetorial da Pessoa com TEA:

- I – Proteção integral da pessoa com TEA em todas as fases da vida;
- II – Visão intersetorial, contínua e integrada do atendimento;
- III – Redução da burocracia e eliminação da repetição de informações;
- IV – Promoção da dignidade, autonomia e inclusão social da pessoa com TEA;

Assembleia Legislativa Estadual de Alagoas  
Gabinete da Deputada Estadual Cibele Moura  
dep.cibelemoura@al.al.leg.br  
Praça Dom Pedro II, s/n  
Centro, Maceió (AL)



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Cibele Moura**

V – Respeito absoluto à privacidade, à confidencialidade e à proteção de dados pessoais;

VI – Utilização de padrões abertos que assegurem interoperabilidade entre sistemas.

**Art. 5º** O Poder Executivo poderá firmar parcerias com os municípios, órgãos federais, instituições públicas, entidades especializadas, organizações da sociedade civil e instituições de ensino ou pesquisa, a fim de assegurar a interoperabilidade, atualização contínua e integração das informações do prontuário único.

§1º A adesão dos municípios ocorrerá mediante termo de cooperação, respeitada a autonomia municipal.

§2º O Estado poderá disponibilizar suporte técnico aos municípios interessados, observado o limite orçamentário previsto.

**Art. 6º** São objetivos do Programa Estadual de Prontuário Único Intersetorial da Pessoa com TEA:

I – Evitar a duplicidade de exames, relatórios e avaliações;

II – Garantir a continuidade do cuidado, independentemente da idade, da mudança de escola, município, unidade de saúde ou equipe técnica;

III – Facilitar o acesso aos direitos, programas e políticas públicas destinadas à pessoa com TEA;

IV – Reduzir a revitimização e a repetição de informações por parte da pessoa autista e de seus familiares;

V – Aprimorar o planejamento e a gestão intersetorial das políticas públicas voltadas ao TEA;

VI – Fortalecer a inclusão, autonomia, participação social e qualidade de vida da pessoa com TEA;

VII – Subsidiar políticas públicas com dados consolidados, asseguradas as limitações impostas pela LGPD.

**Art. 7º** O Poder Executivo poderá promover capacitações voltadas aos servidores das áreas envolvidas no programa, com vistas à correta utilização do sistema e à proteção de dados pessoais.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
**Cibele Moura**  
Deputada Estadual





Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Cibele Moura**

---

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir, no âmbito do Estado de Alagoas, o Programa Estadual de Prontuário Único Intersectorial da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), medida essencial para promover integração de informações, continuidade do cuidado e efetividade das políticas públicas voltadas às pessoas autistas em todas as fases da vida.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que cerca de 1% da população mundial esteja dentro do Transtorno do Espectro Autista. Segundo a entidade, os transtornos do espectro autista constituem um grupo de condições neurodesenvolvimentais que exigem acompanhamento permanente e articulação contínua entre serviços de saúde, educação, assistência social e inclusão comunitária.<sup>1</sup>

Em 2024, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, pela primeira vez na história, dados censitários referentes ao número de pessoas com diagnóstico de TEA no Brasil. O Censo Demográfico 2022 identificou **2,4 milhões de pessoas com autismo**, o que representa 1,2% da população do país. Trata-se de marco estatístico inédito e que reforça a necessidade de políticas integradas em âmbito estadual.

No Estado de Alagoas, o crescimento da demanda por serviços de saúde, educação especializada, assistência social e inclusão laboral para pessoas autistas é evidente. Órgãos como a Secretaria de Estado da Saúde (SESAU), a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), a Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES) realizam atendimentos essenciais, mas a ausência de integração entre esses setores ainda provoca fragmentação do cuidado, perda de informações, repetição de laudos, atrasos no diagnóstico e, sobretudo, sobrecarga emocional e burocrática às famílias.

---

<sup>1</sup> <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders>



Estado de Alagoas  
Assembleia Legislativa Estadual  
**Gabinete da Deputada Cibeles Moura**

---

Dessa forma, essa realidade confirma a necessidade de um sistema unificado que reúna o histórico clínico, pedagógico, social e ocupacional da pessoa autista, garantindo atendimento contínuo, mesmo em casos de mudança de município, escola, equipe técnica ou unidade de saúde. O prontuário único evita que mães, pais e responsáveis tenham que “recomeçar do zero” a cada nova busca por atendimento, eliminando a revitimização e a repetição de informações que poderiam estar integradas de forma segura, sigilosa e eficiente.

Assinatura manuscrita em azul da deputada Cibeles Moura.

**Cibeles Moura**  
Deputada Estadual